

A EMERGÊNCIA DOS GRUPOS ESCOLARES: PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO E DE EXPANSÃO NO SUL DO ESTADO DE MATO GROSSO (1920-1950)

Arlene da Silva Gonçalves¹

Regina Tereza Cestari de Oliveira²

Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)

2. História da Profissão Docente e das Instituições Escolares

O objetivo deste trabalho é analisar o processo de implantação e expansão dos grupos escolares, no sul do estado de Mato Grosso (atual estado de Mato Grosso do Sul³), de modo específico no município de Campo Grande, no período compreendido entre 1920 e 1950, destacando as reformas educacionais que subsidiaram a esse tipo de organização de instrução pública primária.

No final do século XIX e início do século XX, a educação no Brasil ainda era privilégio de poucos, a mudança de sistema de Império para República não alterou essa condição, mas trouxe desejos de mudanças e reformas, confirmando-se a necessidade de uma educação primária estabelecida por lei, fundamentada na idéia de que o progresso da nação se concretizaria por meio da escolarização, o que afetava diretamente o modelo de organização escolar.

Como analisa Nagle (2001 p. 165):

[...] Diante das modificações setoriais, da efervescência ideológica e dos movimentos político-sociais, a escolarização foi percebida como um instrumento de correção do processo evolutivo e como uma força propulsora do progresso da sociedade.

Desse modo, aspectos de progresso e modernização, fundamentados na ideologia liberal, expandiram-se por todo o país nas primeiras décadas do século XX, influenciando a maioria das reformas educacionais elaboradas nas unidades federadas da República.

Essas reformas não só envolviam a reorganização da instrução pública primária, sua infra-estrutura e organização administrativa como também introduziam um novo ideário

¹ Mestranda em Educação da UCDB; goncalvesarlene@yahoo.com.br

² Professora do Programa de Mestrado em Educação da UCDB; reginacestari@ucdb.br

³ O Estado de Mato Grosso do Sul situa-se na Região Centro-Oeste e faz fronteira, a sudoeste, com as Repúblicas do Paraguai e da Bolívia; a Sudeste, com os Estados de Minas Gerais e São Paulo; ao Sul, com o Paraná; e, ao norte, com Mato Grosso e Goiás. Foi criado no governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979), por meio da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, a partir da divisão do estado de Mato Grosso. A instalação do Governo Estadual de Mato Grosso do Sul ocorreu em primeiro de janeiro de 1979. Possui 78 municípios distribuídos numa área de 358.158,7 Km e conta com uma população de 2.075.275 habitantes (IBGE, 2000).

educacional, implicando novas práticas escolares, professores habilitados, agrupamentos de alunos em turmas, concretizando a noção de classe e série.

Para tanto não era exequível a existência de escolas isoladas como vinha acontecendo, suscitando, assim, a necessidade de reformar o ensino acrescentando a ele um caráter moderno e, principalmente, nacional.

Na estrutura anterior as escolas primárias, então chamadas de primeiras letras, eram classes isoladas ou avulsas e unidocentes. Ou seja, uma escola era uma classe regida por um professor, que ministrava o ensino elementar a um grupo de alunos em níveis ou estágios diferentes de aprendizagem. E estas escolas isoladas, uma vez reunidas, deram origem, ou melhor, foram substituídas pelos grupos escolares (SAVIANI, 2004, p. 24).

O Estado de São Paulo, por ser o principal exportador de café, e por ter o controle do aparelho do Estado, detinha a hegemonia econômica e política, tornou-se o primeiro estado a iniciar o processo de implantação e organização da instrução pública, por meio de uma reforma ampla da instrução herdada do período colonial.

Souza (2004, p.118-119) esclarece que:

A disseminação do modelo escolar paulista para outros estados brasileiros, deve-se tanto a hegemonia política e econômica de São Paulo em relação aos demais estados da federação, mas, sobretudo, a visibilidade e força exemplar dos novos métodos de ensino e instituições de educação pública, sintonizada com as inovações educacionais empreendidas nos países europeus e nos Estados Unidos, estreitamente associados aos ideais de modernização da sociedade brasileira.

A reforma da instrução pública paulista entre 1890 e 1896 tornou-se referência para outros estados da federação, como pioneira na organização do ensino primário na forma de grupos escolares, sendo considerado um marco na modernização educacional paulista. Segundo Reis Filho (1981 p. 119):

Esses estabelecimentos de ensino foram criados para reunir em um só prédio de quatro a dez escolas, compreendidas no raio da obrigatoriedade escolar (2 km para o sexo masculino e 1 km para o feminino, distantes da escola). Essa reunião de escolas era feita a critério do Conselho Superior. Em cada Grupo Escolar existia um diretor e tantos professores quantas fossem as escolas (classes, como mais tarde serão chamadas) reunidas. Além desses funcionários existiam também os adjuntos, professores auxiliares, em número variável de acordo com as necessidades, a critério do diretor do Grupo Escolar.

Isso significa uma reorganização administrativa e pedagógica da escola primária, com aproveitamento do tempo e do espaço, na medida em que reunia em um mesmo prédio as antigas escolas isoladas e em que a seriação substituíria às classes de alunos em diferentes

estágios de aprendizagem, passando a corresponder ao ano civil, sob a regência de um mesmo professor e a coordenação de um único diretor.

Nos termos de Vidal (2006, p.9): “Os Grupos Escolares fundaram uma representação de ensino primário que não apenas regulou o comportamento, reencenado cotidianamente, de professores e alunos no interior das instituições escolares, como disseminou valores e normas sociais (educacionais)”.

No caso de Mato Grosso, como sinal precursor das reformas, imediatamente após assumir o governo, Pedro Celestino Correa da Costa (1908-1911), por meio da Resolução nº. 508, de 16 de outubro de 1908, criou várias escolas primárias e autorizou o governo a constituir três grupos escolares, sendo dois para o distrito de Cuiabá e um para a cidade de Corumbá (MARCÍLIO, 1963, p. 129).

Em mensagem à Assembléia Legislativa ao instalar-se a 2ª sessão, em 13 de maio de 1910, o referido presidente afirmava:

Nenhuma reforma eficaz é possível na instrução primaria sem a conveniente habilitação das escolas dessa categoria, e sem o mais que se reger para a proficuidade dellas. Está o governo aparelhado para melhorar a parte material da instrucción, proporcionando-lhe todos os recursos necessários, mas faltam-lhe bons professores para todas as localidades, como é para desejar, e isso só se conseguirá com o tempo, preparando moços para o magistério publico que deve tornar-se attrahente e de real proveito para a sociedade (MATO GROSSO, Mensagem, 1910c).

Assim sendo, a autorização para a reorganização da Instrução Pública do estado deu-se por meio da Lei nº. 533, de 04 de julho de 1910 e do Decreto nº. 265, de 22 de outubro do mesmo ano, que autorizava o Poder Executivo a reorganizar a Instrução Pública do Estado, conforme as seguintes especificações:

- a. Desmembrar a Diretoria Geral do Liceu Cuiabano que passará a ter sua própria diretoria;
- b. Criar na capital um curso normal misto, tendo dependentes duas escolas primárias e um jardim de infância;
- c. Sujeitar os institutos particulares de ensino á Diretoria da Instrução Pública, quanto á ‘estatística, higiene e moral’;
- d. Promover acordo com os governos municipais, para fins de propaganda e fiscalização da instrução primária;
- e. Extinguir o curso complementar primário;
- f. Restabelecer as gratificações adicionais de antiguidade, aos professores que tivessem mais de dez anos de efetivo serviço no magistério, até o máximo de 50% dos respectivos vencimentos;
- g. Dar nova organização ao Conselho Superior de Instrução Pública (Apud LEITE, 1971, p. 116).

O Regulamento para a Instrução Primária de Mato Grosso, a ser observado a partir de 1911, assegurava que o ensino deveria ser leigo, gratuito e obrigatório para crianças de sete aos dez anos de idade, devendo ser prático e intuitivo, devendo o professor partir nas suas lições do conhecido para o desconhecido e do concreto para o abstrato, evitando o estudo de regras e definições e “dando origem para o esforço criador do aluno a fim de que este se interesse pelas lições” e que as escolas dividiriam em dois graus e seriam criadas em todas as cidades, vilas e povoados do Estado e que nelas fossem ministradas as seguintes disciplinas:

- Escola do 1º grau: leitura, escrita, cálculo aritmético sobre números inteiros e frações, língua materna, geografia do Brasil, deveres cívicos e morais e trabalhos manuais apropriados á idade e ao sexo dos alunos;
- Escola do 2º grau: as mesmas do 1º e mais, gramática elementar da língua portuguesa, leitura de prosa e verso, escrita sob ditado, caligrafia, aritmética, até regra de três, inclusive sistema legal de pesos e medidas, morfologia geométrica, desenho a mão livre, moral prática e educação cívica, geografia geral e história do Brasil, cosmografia, noções de ciências físicas, químicas naturais e leitura de música e canto.

O aspecto inovador do referido Regulamento consistiu na criação do **grupo escolar**, pela reunião de seis escolas primárias de um distrito, funcionando em um só prédio. Essas escolas deveriam estar localizadas no perímetro fixado para obrigatoriedade de ensino, ter oito classes, sendo quatro para meninos e quatro para meninas, sendo que cada classe deveria ter entre 16 e 45 alunos. As aulas funcionariam num único turno, com duração de cinco horas diárias.

Para reorganizar a instrução pública foram contratados em 1910, pelo presidente do estado, dois professores normalistas, Leowigildo Martins de Mello e Gustavo Kuhlmann, na qualidade de técnicos, com os quais se iniciaria a prática das modernas idéias contidas no novo regulamento.

Convencido da necessidade urgente que há de cuidarmos do futuro da instrução popular (...) e convencido também que o primeiro passo a dar para esse fim é a formação de bons professores, mandei contractar dois normalistas em São Paulo, com o fim de crear aqui uma Escola Normal de que havemos mister para a realização desse importante objectivo: esperando que me habilitareis para leval-o a effeito nas condições desejáveis (MATO GROSSO, Mensagem, 1910c).

A criação de grupos escolares foi autorizada nas cidades mais prósperas, em 1910, Grupo Escolar do Primeiro Distrito de Cuiabá e Grupo Escolar do Segundo Distrito também em Cuiabá. Em 1912, Grupo Escolar de Cáceres, de Poconé e de Rosário Oeste e

D. Pedro II em Cuiabá. De modo específico no sul do estado Grupo Escolar de Corumbá e Grupo Escolar de Campo Grande, ambos em 1912. Além dos grupos escolares de Aquidauana, Três Lagoas e de Ponta Porã (MATO GROSSO, 1978).

Em decorrência, o primeiro Grupo Escolar a funcionar no estado foi inaugurado em 23 de setembro de 1910 em Cuiabá, mediante o Decreto nº. 258, de 20 de agosto, que, além de regulamentar a Lei nº. 508 conferiu a este tipo de estabelecimento, em caráter provisório, o regulamento e o programa adotados no estado de São Paulo (MARCILIO, 1963, p. 133).

A preocupação com a educação e, de modo específico, com a superação do analfabetismo, como solução para os problemas da sociedade acentua-se fortemente, no decorrer da década de 1920, e se evidencia nas palavras do presidente do estado, Pedro Celestino Corrêa da Costa, em mensagem apresentada à Assembléia legislativa em 21 de maio de 1923:

Nenhum progresso á possível sob o ponto de vista material, moral e social sem a diffusão do ensino útil pela massa popular.

A instrução que deve ser ministrada pelas escolas abrange noções de conhecimentos necessários á formação de cidadãos aptos á vida prática e a colaboração para o progresso da sociedade em que vivem.

Sem esse preparo não poderá haver organização política efficiente á vitalidade e a segurança do paiz, e enquanto esse problema não fôr convenientemente resolvido nos Estados, permanecerá aparente a prosperidade do Brasil, limitado como se acha ás grandes cidades, no passo que nas populações rurais a ignorância e o annalphabetismo conservam a grande maioria dos nossos patrícios no desconforto e na miséria orgânica (MATO GROSSO, Mensagem, 1923).

No sul do estado de Mato Grosso, a cidade de Campo Grande⁴, em função de sua proximidade com os centros mais adiantados do país, expandiu-se e modernizou-se com rapidez, devido, principalmente, à expansão da rede ferroviária, que trouxe grande número de imigrantes (árabes, japoneses, espanhóis, portugueses, italianos) e comerciantes, além de fazendeiros nacionais, transformando-se no maior centro comercial da região, promovendo, dessa forma, um processo de modernização e de aumento populacional.

Em 31 de agosto de 1914, quando a cidade já contava com cerca de 1.800 habitantes, realizou-se o encontro dos trilhos da estrada de ferro que, dos respectivos

⁴ O município de Campo Grande, localizado geograficamente na região central de Mato Grosso do Sul, foi criado pela Resolução nº 225, de 26 de agosto de 1899. A elevação da vila á categoria de cidade deu-se no ano de 1918, de acordo com a Lei estadual nº. 772, de 16 de julho. Com a divisão do Estado de Mato Grosso, em 11 de outubro de 1977 e a instalação do governo estadual de Mato Grosso do Sul, o município tornou-se a capital do novo estado, com uma área de 8.096 Km², ocupando 2,26% da área total do estado. Sua população, segundo o censo demográfico (IBGE, 2000), atingiu um total de 663.621 habitantes e no contexto nacional é o 23º (vigésimo terceiro).

pontos de início das construções - Bauru, no Estado de São Paulo e Porto Esperança em Mato Grosso, projetaram-se até a junção, que se deu ao córrego Taveira, não distante de Campo Grande, e que, pelo ocorrido, passou a chamar-se "ligação" (IBGE, 1958, p.117).

No final da década de 1920, os ares de modernidade estão presentes na cidade de Campo Grande, trazendo consigo a luz elétrica, sendo a segunda cidade mato-grossense a possuir esse tipo de serviço. Segundo (BITTAR, 2004, p.10).

...a vocação urbana de Campo Grande já estava delineada com 21.360 habitantes, o que revelava a acelerada dinâmica populacional da cidade [...] seus traços citadinos vão se mesclando á matriz rural [...] A luz elétrica e as locomotivas integram a paisagem cotidiana, mas isso não significa o banimento das charretes, das carroças e dos animais de serviço [...] já em 1924, conta com a possibilidade de captar as ondas do rádio: é fundado o Rádio Clube, inicialmente voltado para a reunião noturna, quando se ouviam emissoras de rádio nacionais e estrangeiras. Uma sensação!

Nesse cenário de mudanças e de modernização, por meio da Resolução nº. 616, de 17 de julho de 1912, o executivo autorizou a criação do primeiro grupo escolar em Campo Grande⁵, porém o mesmo só foi instalado em 13 de junho de 1922, após ter sido autorizado pela Resolução nº. 866, de 03 de junho de 1921.

O Grupo escolar⁶ funcionou, inicialmente, em uma casa alugada na avenida Afonso Pena, sendo transferido definitivamente para seu prédio, em 18 de julho de 1923, na mesma avenida na área central da cidade (JORNAL ENFOQUE, 1968). Por meio do Decreto nº. 669, de 05 de junho de 1924, seu nome foi alterado para "Joaquim Murtinho"⁷ (MATO GROSSO, 1978).

No governo de Mário Corrêa da Costa (1926-1930) foi emitido um novo Regulamento da Instrução Pública, em 22 de abril de 1927, com a assinatura do Decreto 759, autorizado pela Lei 942, de 03 de fevereiro de 1926, que reorganizou o ensino primário. Para Marcilio (1963, p. 150-151), foi este um dos regulamentos de maior vigência no período republicano, exigindo que os grupos escolares fossem criados com

⁵ Durante o período de 1910-1927, de uma lista de onze estabelecimentos de ensino criados em Mato Grosso, esse Grupo foi o sétimo dessa lista a partir das reformas da instrução pública empreendidas na primeira gestão de Pedro Celestino Correa da Costa. (MATO GROSSO, 1978).

⁶ Junto ao referido Grupo Escolar, em 21 de abril de 1930, instalou-se a Escola Normal pelo presidente do estado, Dr. Aníbal Toledo (22/1/1930 a 30/10/1930), sendo a primeira instituição sul-mato-grossense dessa natureza e a segunda do estado, antecedida somente pela Escola Normal "Pedro Celestino" de Cuiabá.

⁷ Joaquim Murtinho (1848-1911), nasceu em Cuiabá, estudou Medicina no Rio de Janeiro, dedicou-se ao tratamento homeopático. Foi professor, ingressando na política como senador por Mato Grosso, em 1891 (MACHADO, 2000).

pelo menos 250 crianças em idade escolar, num raio de dois quilômetros, e com, pelo menos, oito classes.

Em 29 de agosto de 1931, o professor Franklin Cassiano da Silva, Diretor Geral da Instrução Pública, em seu relatório ao Secretário Geral do Estado, descreve as condições materiais precárias do Grupo escolar:

O mobiliário existente no grupo é insuficiente. Há falta de carteiras, mesas e cathedras para professores e as que existem estão em mau estado de conservação.

É de necessidade adaptar-se esse estabelecimento de novos mobiliários de acordo com sua importância. Na situação em que se encontra, pois até os moveis modestos do gabinete da Directoria são de propriedade particular, fica o estabelecimento em posição humilhante diante dos collegios particulares, superiormente installados.

Embora esteja o Estado atravessando uma phase dolorosa em sua vida econômica, mesmo assim urge attender com carinho as necessidades dessa escola. Os moveis velhos existentes poderão ser aproveitados em as escolas isoladas ruraes.

Autorizado pelo Exm^o Snr. Dr. Interventor, mandei que se fizessem alguns quadros negros, pois os existentes absolutamente não se prestavam aos fins a que eram destinados. É idêntica a condição em relação ao material didático.

A verba de expediente de que lançam mão os directores para compra de giz, papel, etc, é insuficientissima, pois há grupos escolares que desde 1928, não recebem nenhum material didactico. O almoxarifado geral do Estado há muito tempo deixava de attender aos inúmeros pedidos dos professores que traziam constantemente as suas reclamações a Directoria Geral, sem que esta nada pudesse fazer para melhorar a situação, tolhida como se achava na sua acção pelo regime burocrático que então imperava e do qual infelizmente ainda não foi libertada (MATO GROSSO, RELATÓRIO, 1931).

Um outro aspecto a ser observado é o regime disciplinar imposto aos alunos, presente na própria estrutura do prédio da instituição escolar, segundo o depoimento de Maria Constança de Barros Machado, professora da referida escola:

Naquele tempo, a disciplina era fundamental. A separação entre alunos e alunas era tão rígida que até o prédio era construído em forma de U, de modo a abrigar de um lado as classes do sexo masculino e do outro as do sexo feminino. O recreio dos meninos era de um lado, o das meninas de outro. O encontro entre as meninos e meninas dava-se apenas nas festas literárias e esportivas, que eram realizadas no salão nobre da escola. Só se admitiam classes mistas, quando havia número insuficiente de alunos para separá-los. E olhe que naquele tempo as classes tinham até 50 e 60 alunos. Quando havia uma classe mista, os meninos e as meninas eram muito vigiados, para que não se comunicassem entre si. (*apud* SÁ ROSA, 1990, p.65-66).

Em 1937, assumiu o governo do estado de Mato Grosso, nas funções de interventor, Julio Strubing Muller (1937-1945), iniciando um novo período no ensino mato-grossense.

Pelo Decreto nº. 53, de 18 de abril de 1941, criou cem escolas de instrução primária. “Ficariam essas escolas, mais tarde, conhecidas pelo nome de “As Presidentes Vargas”, em virtude das determinações do art.2º daquele decreto, que mandava se desse a uma das que fossem distribuídas em cada município, a denominação de “Presidente Vargas”. Delas receberam esse nome, dezenove estabelecimentos” (MARCILIO, 1963, 163).

Vale registrar que em 1973, ocorreu a integração do Grupo Escolar “Joaquim Murtinho” e da Escola Normal, determinada pelo Decreto Estadual nº. 1517 de 18 de junho do mesmo ano, implantando-se a Escola Estadual de 1º e 2º Graus “Joaquim Murtinho”⁸.

Em relação à estrutura física do prédio onde funcionava o referido Grupo Escolar em Campo Grande, não houve por parte dos governantes uma preocupação em conservar a arquitetura do mesmo, já que foi demolido no governo de José Fragelli (1971-1974).

No decorrer da primeira metade do século XX, foi instalado em Campo Grande, mais um Grupo Escolar, o “General Malan” em 1934, conforme boletim diário do Quartel General em Campo Grande, de 27 de fevereiro de 1934, Escola de Educação Primária.

1. Instituição: Será inaugurada dentro em breve, nesta cidade e bairro Amambaí, uma escola de educação primária e jardim de infância, destinada a ministrar aos filhos dos militares (Oficiais, Sargentos e Praças), que aqui servem as primeiras letras e a instrução primária oficial. A referida escola funcionará no edifício anteriormente destinado para residência do Comandante da Circunscrição, depois das modificações e melhoramentos nele introduzidos consoantes a sua nova finalidade.
2. Diretor: Designo o 1º tem. Léo Nascimento, do 10ª R.C.I., e Chefe da Comissão Desportiva desta Circunscrição, para exercer as funções de Diretor dessa instituição.
3. Matrículas: Acham-se abertas, desde já e até 6ª feira próxima, 2 de março vindouro, as matrículas nessa escola (BOLETIM DIÁRIO, 1934, nº. 48).

Sua inauguração aconteceu no dia 3 de março do mesmo ano, às 11 horas, em um dia de domingo. Inicialmente essa escola atenderia somente aos filhos de militares, mas devido a grande escassez de escolas na região e a procura de vagas por parte da população e atendendo ao pedido do governo do Estado, foram abertas matrículas para filhos de civis com idade entre 4 a 10 anos, conforme aditamento do Boletim Diário de 28 de novembro de 1934 - Escola de Educação Primária.

Matrículas: Considerando haver o Governo deste Estado contribuído para o aparelhamento dessa escola e jardim de infância, resolvo permitir

⁸ Em 1974, começou a funcionar nessa escola, as quatro últimas séries do ensino de 1º. Grau. No entanto, somente em 1976, um único diretor passou a responder pelos cursos compreendidos nessa instituição (MATO GROSSO, 1978, p. 6-8).

as matriculas na mesma aos menores residentes no bairro do “AMAMBAI”.

Resolvo, igualmente, modificar para 4 e 10 anos os limites de idade para admissão de alunos na mesma escola, ficando assim retificado o n. 3 do item I do boletim de referência (BOLETIM DIÁRIO, 1934, nº. 49).

Foram também inaugurados mais dois Grupos escolares no ano de 1955, no governo de Fernando Corrêa da Costa, o Grupo Escolar “Vespasiano Martins” e o “Nicolau Fragelli”, tendo este último sido inaugurado em 25 de maio do mesmo ano, segundo registro em ata:

Coube a realização de mais esse empreendimento magnífico á administração do Dr.Fernando Corrêa da Costa, que com alta visão, inteligência e patriotismo vêm desenvolvendo um programa de incentivação do Ensino Primário a todos os recantos do Estado”.

Administrador de grande vulto é a ele a quem devem ser endereçado todos os aplausos e todos os agradecimentos por esse ato de verdadeiro civismo de combate ao analfabetismo neste rincão do nosso Brasil (ATA, 1955, p. 1-2).

Finalmente, considerando que essa forma de organização da educação escolar primária pública ocorreu em um clima de progresso e de modernização das cidades e do ensino e que sua implantação aconteceu nas cidades que mais se destacaram economicamente, pode-se verificar que nas primeiras décadas do século XX, apesar do desenvolvimento e aumento populacional da cidade de Campo Grande, no sul do Estado de Mato Grosso, a implantação dos grupos escolares, desenvolveu-se de forma lenta, como parte de uma política educacional que, provavelmente, não atendeu as camadas sociais com maiores dificuldades de acesso escolar.

REFERÊNCIAS

ATA da instalação do Grupo Escolar Nicolau Fragelli, 22 de maio de 1955.

BITTAR, Marisa. **Dos campos grandes à capital dos ipês**. Campo Grande: Editora Alvorada, 2004.

BOLETIM DIÁRIO DO QUARTEL GENERAL EM CAMPO GRANDE Nº. 48 e Nº. 49. 1934.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Planejada e orientada por Jurandyr Pires Ferreira. XXV volume. Rio de Janeiro, 1958.

JORNAL ENFOQUE Joaquim Murtinho. Campo Grande, ano I, n. 1, jun. 1986.

LEITE, Gervásio. **Um século de instrução pública** (história do ensino primário em Mato Grosso). Goiânia: Ed. Rio Bonito, 1971.

MACHADO, Paulo Coelho. **Pelas ruas de Campo Grande**: a grande avenida. Campo Grande (MS): Prefeitura Municipal de Campo Grande, FUNCESP – Fundação Municipal de Cultura Esporte e Lazer, UBE – União Brasileira de Escritores (MS), 2000.

MARCILIO, Humberto. **História do Ensino em Mato Grosso**. Cuiabá: Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, 1963.

MATO GROSSO. Regulamento da Instrução Pública Primária. Cuiabá: Typographia Official, 1910a.

MATO GROSSO. Decreto nº 258, de 1910b.

MATO GROSSO. Rolo nº 055 planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Tekio Arandiu/NEPPI/UCDB. **Mensagem do Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa à Assembléia Legislativa** ao instalar-se a 2ª sessão, em 13 de maio de 1910c.

MATO GROSSO. Rolo nº 055 planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Tekio Arandiu/NEPPI/UCDB. **Mensagem apresentada à Assembléia legislativa pelo Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa**, presidente do Estado de Mato Grosso, em 21 de maio de 1923.

MATO GROSSO. Rolo nº 061 planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Tekio Arandiu/NEPPI/UCDB. **Relatório apresentado ao Exmº Sr. Dr. Secretário Geral do Estado pelo professor Franklin Cassiano da Silva**. Diretor Geral da Instrução Publica. Cuiabá, 29 de agosto de 1931.

MATO GROSSO. Rolo nº 063 planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Tekio Arandiu/NEPPI/UCDB. **Mensagem apresentada pelo governador do Estado de Mato Grosso – Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo** - à Assembléia Legislativa e lida na abertura da 2ª sessão ordinária de sua 1ª Legislatura. Cuiabá, 13 de junho de 1948.

MATO GROSSO. Governo do Estado. Secretaria de Educação e Cultura. Departamento de Educação. Projeto Levantamento e Arrolamento de Fontes. **Catálogo n. 1, Grupo Escolar e Escola Normal Joaquim Murtinho**. Cuiabá, 1978.

_____. Acervo documental do Grupo Escolar e Escola Normal Joaquim Murtinho, 1978.

REIS FILHO, Casemiro. **A educação e a ilusão liberal**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1981.

SÁ ROSA, Maria da Glória. **Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1990.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do ‘longo século XX’ brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 11-57.

SOUZA, Rosa Fátima. Lições da escola primária. IN: SAVIANI, Dermeval et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 109-161.

VIDAL, Diana Gonçalves. Tecendo História (e recriando memória) da escola primária e da infância no Brasil: Os grupos escolares. In: VIDAL, Diana Gonçalves et al. **Grupos Escolares cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006. p. 7-19.

XAVIER, Maria Elisabete Sampaio Prado. **Capitalismo e educação no Brasil**: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961). Campinas: Papirus, 1990.